

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Izalci detalhou os diversos lobbies da tributária

O tamanho da encrenca tributária

É verdade que Izalci Lucas (PL-DF) é um senador de oposição. Mas o quadro que ele apresentou nesta terça-feira (10) no almoço do Grupo de Líderes Empresariais do DF (Lide-DF) mostra que é bem grande o tamanho da encrenca da reforma tributária. Izalci é o relator do Grupo de Trabalho (GT) da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que analisa o primeiro pro-

jecto de regulamentação da reforma. Assim, opositor ou não, Izalci conhece bem todo o jogo que está acontecendo no Senado. Ele até pode não ter a mesma pressa que o governo na aprovação da reforma. Mas detalhou o tamanho do lobby dos vários segmentos em busca de regimes diferenciados. Como ele mesmo disse, se tudo for atendido, a alíquota vai ultrapassar 35%.

Demora

Nem tudo, então, será atendido. Mas o jogo de pressão agora para o que terá ou não regime especial será muito forte. Os senadores já apresentaram mais de mil emendas ao projeto, que terão de ser analisadas. Obviamente, a discussão não deverá ser nem rápida nem fácil.

Simples

Uma das principais discussões é sobre como ficará o Simples. Como os novos impostos são da valor agregado, pagos no destino, poderá haver risco para o atual sistema simplificado. “Pode ter prejuízo para o Simples. Não podemos deixar isso”, disse Izalci.



Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Carne na cesta básica já fez subir alíquota

De serviços funerários a pets e material de construção

Izalci detalhou na sua exposição as variadas reivindicações que passarão pelo GT da CAE do Senado nas 21 audiências que foram realizadas. Os serviços funerários, por exemplo, querem ser equiparados aos serviços de saúde, que saíram da Câmara com regime diferenciado que reduz em até 60% os impostos que pagarão.

Associações de defesa de animais domésticos querem redução para os planos de saúde e alimentos que são comprados para os 160 milhões de pets que existem no país. Empresas da construção querem a criação de uma cesta básica de materiais semelhante à cesta básica de alimentos, que terão alíquota zero.

Restaurantes

A forte presença no encontro do Lide de representantes dos setores de hotelaria, bares e restaurantes mostra também a pressão que fazem para obter uma alíquota diferenciada. “Melhor levar mais dez anos discutindo”, chegou a dizer a dona de buffet Renata La Porta.

Carne

Mesmo algumas das concessões aprovadas na Câmara, poderão vir a ser modificadas no Senado porque já geraram impacto. Como a inclusão da carne na cesta básica de alimentos que não pagará imposto algum. Isso já vai elevar a alíquota geral para 27,5%.

Conta

Todas essas reivindicações parecem ser de algum modo justas, mas, se todas forem atendidas, a conta não vai fechar. Cada exceção concedida de redução de alíquota acarretará aumento da alíquota geral, porque não pode haver perda de arrecadação.

Gatilho

A própria reforma estabelece um gatilho sempre que a alíquota ultrapassar 26,5%. Nesse caso, será preciso repensar as alíquotas diferenciadas e retirar algumas. Se a inclusão da carne já elevou a alíquota geral para 27,5%, já será preciso repensar as benesses dispensadas.

Izalci: regulamentação tributária não sai este ano

Em almoço do Lide-DF, senador apontou diversos problemas

Por Rudolfo Lago

Pela primeira vez, um parlamentar admitiu que, ao contrário do desejo do governo, a reforma tributária não deverá estar aprovada este ano. Relator do Grupo de Trabalho (GT) que estuda na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o PLP 68/2024, que regulamenta como serão cobrados os novos impostos – Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) – e suas diferentes alíquotas, o senador Izalci Lucas (PL-DF) apresentou um quadro preocupante em almoço promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais do Distrito Federal (Lide Brasília). Segundo ele, as audiências promovidas pelo GT trouxeram à tona uma série de questões e reivindicações de diversos setores. “A reforma tributária não deve ser aprovada tão cedo”, afirmou Izalci. “Precisamos de uma reforma tributária. Mas do jeito certo”.

1,2 mil emendas

Segundo Izalci, já foram apresentadas 1,2 mil emendas ao projeto, o que resume a complexidade de uma aprovação rápida. Contador de formação, Izalci afirma que mesmo ele ainda não conseguiu compreender inteiramente toda a dimensão das mudanças. “A maioria dos senadores irá se apoiar nas suas assessorias técnicas. Se forem pressionados a uma aprovação rápida, podemos aprovar algo do qual nos arrependemos depois”, disse o senador.

O questionamento sobre a expectativa de tramitação da reforma foi feito a Izalci no almoço pelo Correio da Manhã. Segundo ele, concluiu o trabalho do Grupo de Trabalho, ele ainda será enviado ao relator do projeto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que foi também o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária no Senado. Izalci terá que analisar o relatório feito por Izalci a partir desse trabalho e analisar as mais de mil emendas.

Muito provavelmente, Eduardo Braga, diante do que receberá, fará alterações no projeto que foi aprovado no primeiro semestre na Câmara dos Deputados. Havendo alterações, o projeto terá que voltar para nova



Governador do DF, Ibaneis alertou para risco de queda na renda e consumo

rodada na Câmara, que é a casa de origem do projeto.

Além disso, a Câmara não terminou ainda de votar o segundo projeto de regulamentação da tributária, o PLP 108/2024. No primeiro semestre, foi aprovado o texto-base, mas os deputados ainda têm de analisar os destaques ao texto. Depois disso, esse projeto terá também que ser apreciado pelo Senado.

Simplificação

Na avaliação de Izalci, a ideia de simplificação tributária proposta é verdadeira somente ao final do processo. Quanto isso acontecer, serão extintos cinco impostos atuais – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – que são hoje cobrados por estados, municípios e União em diferentes etapas do processo. Eles serão substituídos por dois impostos – o IBS, cobrado pelos estados e municípios, e o CBS, cobrada pela União.

Neste momento, o processo, de fato, ficará mais simplificado porque os impostos serão pagos somente no ato da compra do produto ou do serviço. Ou seja, no seu destino. Somente uma vez. E essa cobrança já será automática. No momento da compra, é acrescida a alíquota referente ao produto e ao servi-

ço, e ela já é recolhida.

Isso, porém, só assim será em 2032. “Até lá, teremos uma situação de transição, que irá tornar o processo bem mais complicado”, disse Izalci, porque ao mesmo tempo serão pagos os impostos atuais e gradativamente serão introduzidos os novos impostos. No primeiro momento, os impostos novos iniciarão com uma alíquota de 0,96% que será descontada dos impostos atuais. Aos poucos, a alíquota irá subindo até chegar ao total, com a substituição integral dos impostos. Essa complexidade inicial deverá gerar novas dúvidas e custos com contadores. “Tecnicamente, a reforma é maravilhosa. Mas vamos precisar ver como isso funciona no mundo real”, criticou.

Alíquotas

Soma-se, então, segundo Izalci, a enorme pressão exercida por segmentos que estão se sentindo prejudicados e querem alíquotas diferenciadas. O GT da CAE realizou 21 audiências públicas sobre a reforma, e vários setores apresentaram suas preocupações com uma possível maior oneração, pedindo a inclusão em regimes diferenciados com alíquotas menores ou mesmo isenção, com inclusão na cesta básica de alimentos.

A reforma tributária determina que a alíquota de cobrança de imposto para os produtos que não terão tributação diferenciada seja de 26,5%. Estabeleceu

um gatilho caso a alíquota ultrapasse isso: de cinco em cinco anos, se alíquota ultrapassar esse valor, será necessário rever isenções e tributações especiais para que a alíquota não seja maior.

“O próprio governo admite que, com o texto aprovado na Câmara, a alíquota já teria ultrapassado 27,5%”, alertou Izalci. “Se aprovarmos todas as reivindicações de setores que procuraram o Grupo de Trabalho, a alíquota vai passar de 35%”.

Ibaneis

Senador pelo Distrito Federal, Izalci fez uma avaliação de que o DF será beneficiado com a reforma. Como consome mais do que produz, será o destino de boa parte dos impostos, com a cobrança no destino final. Segundo ele, há uma estimativa de ganho de arrecadação na ordem de R\$ 2,6 bilhões.

Presente no almoço, porém, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), revelou preocupações. “Vivemos um momento delicado”, disse Ibaneis. “Diante de tudo o que tem sido dito e publicado pela imprensa, a gente se assusta com o que pode acontecer. Corremos o risco de um aumento da carga tributária, o que pode gerar redução do consumo e da renda”.

Para Izalci, é esse o risco que não se pode correr com uma aprovação de afogadilho. “É preciso ter muita consciência dos riscos de uma aprovação rápida”, alertou o senador.

CFM reelege José Hiran Gallo

Por Karoline Cavalcante

O Conselho Federal de Medicina (CFM) definiu, por unanimidade, nesta terça-feira (1º), que o médico José Hiran da Silva Gallo continuará à frente da presidência do Conselho para o mandato de 2024 a 2029. A escolha da nova diretoria da Autarquia foi realizada em uma sessão específica no Plenário, com a participação dos integrantes efetivos.

Em seu discurso, Hiran deu boas-vindas aos colegas, afirmou que honrará o novo mandato e explicou o funcionamento do plenário, das comissões e das câmaras técnicas.

“Honrarei os médicos brasileiros, assim como os médicos brasileiros honraram o processo eleitoral, amplamente democrático. Todos aqui foram eleitos pelos seus pares. Todos, sem exceção. E trabalharemos em prol da medicina brasileira”, disse ele, após o anúncio do resultado.



José Hiran Gallo segue à frente do CFM até 2029

A mesa diretora é composta por mais 11 integrantes: o primeiro vice-presidente, Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti; a segunda vice-presidente, Rosylane Nascimento das Mercês Rocha; o terceiro vice-presidente, Jeancarlo Fernandes Cavalcante; o secretário-geral,

Alexandre de Menezes Rodrigues; o primeiro secretário, Hideraldo Luis Souza Cabeça; o segundo secretário, Estevam Rivello Alves; a terceira secretária, Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro; o tesoureiro, Mauro Luiz de Britto Ribeiro; o segundo tesoureiro, Carlos Mag-

no Pretti Dalapicola; o corregedor, José Albertino Souza; e o vice-corregedor, Francisco Eduardo Cardoso Alves.

Além disso, foram definidos os três integrantes da Comissão de Tomada de Contas, composta pelos médicos Ademar Carlos Augusto, Bruno Leandro de Souza e Nailton Jorge Ferreira Lyra.

Online

A eleição do colegiado foi realizada de forma online nos dias 6 e 7 de agosto de 2024. Cada estado e o Distrito Federal elegeram dois conselheiros federais — um titular e um suplente — totalizando 54 conselheiros, que tomaram posse na manhã desta terça-feira (1º).

Segundo o CFM, foi apresentado um recorde em eleições de qualquer natureza, com o voto de mais de 408 mil médicos.

José Hiran da Silva Gallo é natural de Rondônia. Em 1979, graduou-se pela Faculdade Estadual de Medicina do Pará.